filiado à CNTE CUT BRASIL

boletim do Sintego GREVE

Nº 026/2015 Boletim específico da Rede Estadual de Ensino de Goiás MAIO/2015

# Educação Estadual em GREVE a partir de 4ª feira, dia 13. Por que?

Nos últimos anos, os trabalhadores em Educação da rede estadual de ensino vêm sofrendo enormes perdas salariais. Em 2012, o governo retirou a titularidade dos professores com cursos de qualificação, gerando prejuízos de mais de **R$ 30 mil** para os professores PIII e mais de **R$ 40 mil** para os PIV, que são a grande maioria dos docentes da rede.

A **Lei do Piso** determina que o reajuste do professor tem de ser feito no mês de janeiro, mas o Governo de Goiás não cumpre. Foram oito meses de calote (quatro meses em 2013 e quatro, em 2014) e, para este ano, a proposta é estender o calote para sete meses, pagando somente em agosto, ou seja, mais perdas para os docentes.

Confira na tabela.

**Perdas dos professores PIII e PIV (40h) da rede estadual de ensino com os calotes do PISO**

**PIII (40h)**

| Ano | *Perdas R$ |
|---|---|
| 2013 | 700,80 |
| 2014 | 789,60 |
| 2015 | 2.340,59 |
| **Total** | **3.830,99** |

**PIV (40h)**

| Ano | *Perdas R$ |
|---|---|
| 2013 | 790,16 |
| 2014 | 890,29 |
| 2015 | 2.639,00 |
| **Total** | **4.319,45** |

*Não estão incluídos os ganhos individuais.

# Marconi, cadê o dinheiro da Educação?

## O reajuste é janeiro!

Desde janeiro, o Sintego vem tentando negociar o cumprimento da Lei do Piso e toda a pauta de reivindicação dos trabalhadores da Educação. Foram cinco audiências com a secretária Raquel Teixeira. Uma com a secretária e o governador Marconi Perillo e uma com a secretária Raquel e a secretária da Fazenda, Carla Abrão. Em nenhuma houve sequer uma proposta para atender os educadores.

Nas audiências com Marconi e a secretária Carla Abrão, o Sintego mostrou dados do próprio governo que provam que a Educação tem recursos não só para pagar o reajuste dos professores e dos administrativos e ainda para investimento nas políticas educacionais.

No ano passado a verba destinada para a Educação foi de **R$ 5.549.726.987,70**. Neste ano, somente em janeiro e fevereiro, o montante chegou a **R$ 866.046.765,86**, para uma folha que não chega a **R$ 170 milhões** por mês. Para onde foi o dinheiro?

**Sem perspectiva, a única saída que os trabalhadores da rede estadual de Educação encontraram para ter as reivindicações atendidas foi a Greve.**

# Administrativos não terão data-base

Os servidores administrativos da Educação também sofrem com a desvalorização. Ainda hoje funcionários das escolas que fazem 30 horas recebem complemento de salário para perfazer o mínimo exigido pela Constituição Federal. Os administrativos que fazem 40 horas, também, recebem o salário mínimo. Cadê o incentivo?

Além disso, no final de 2012, o governo incorporou direitos individuais, para completar o vencimento inicial e atingir o salário mínimo. A data-base, que deve ser paga em maio vem sendo parcelada anualmente. Foram três anos em 2013, duas parcelas em 2014 e este ano já foi anunciado que não será paga. E ainda não recebem o vale-transporte. Estão pagando para trabalhar.

## Só reivindicamos o que está na lei. Tem de pagar

- **Piso dos Professores**

  *Pagamento do reajuste de 13,01%, retroativo ao mês de janeiro a todos os professores da rede, ativos e aposentados, conforme estabelece a Lei 11.738/08.*

- **Parcelamento de Salários**

  *O salário dos servidores foi parcelado em duas vezes, sendo que todos os descontos foram feitos em uma única parcela. O Sintego, junto com o Fórum definiu que irá trabalhar em conjunto para acionar juridicamente o Governo de Goiás contra o parcelamento de salário.*

- **Data-base**

  *A recomposição salarial é prevista no art. 37, inciso X, da Constituição Federal e regulamentada em Goiás pela Lei Estadual 14.698/2004. Em 2013 foi parcelada em três anos e a de 2014, por ser ano eleitoral, em duas vezes. Para este ano, já foi anunciado que não será paga.*

- **Contratos Temporários**

  *A Seduce tem lançado mão dos contratos temporários para preenchimento de vagas nas escolas do Estado, oferecendo salários indignos aos professores. R$ 654,00 para quem faz 20h; R$ 981,00 para 30h; e R$ 1.308,00 para professores com carga horária de 40h. Muito abaixo do que prevê a Lei do Piso. Queremos respeito e valorização dos professores e administrativos.*

- **Concurso Público**

  *A falta de uma perspectiva para o lançamento do edital do concurso também foi alvo de denúncia do Sintego ao MP e ao TCE, que instauraram procedimentos para cobrar do Estado que a contratação de professores e servidores administrativos pela Seduce seja por meio de seleção pública. Até agora nada.*

- **OS na Educação**

  *Na semana passada, por pressão do Sintego, o Projeto de Lei que autoriza a transferência da gestão escolar para as Organizações Sociais foi retirado da pauta de votação da Assembleia, mas está para ser votado a qualquer momento. Somos contra.*

EXPEDIENTE

**Boletim específico da Rede Estadual de Ensino de Goiás . Presidenta:** Bia de Lima . **Secretária de Imprensa e Divulgação:** Edineia Pereira . **Jornalistas Responsáveis:** Nara Serra - MTB 1845 e Márcia Fabiana - MTB 210 . **Assistente de Comunicação:** Jéssica Ferreira . **Diagramação e arte:** Luciana Quixabeira. **Tiragem:** 10.000 exemplares . **Endereço:** Rua 236, nº 230, Setor Coimbra, Goiânia, Goiás, Cep: 74535-030, **Fone:** 62.3291.8383. **Fax:** 62.3291.8820.